



DOI: [10.20396/rfe.v14i1.8668581](https://doi.org/10.20396/rfe.v14i1.8668581)

Paulo Freire e a Pedagogia Libertadora: uma ameaça à perspectiva de educação neoliberal da (extrema) direita no Brasil

Danillo Silva Feitosa¹ Geisa Ferreira dos Santos² Sandra Regina Paz da Silva³ 

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar alguns dos fundamentos da Pedagogia freiriana, a fim de compreender as justificativas para os constantes ataques que esse autor tem sofrido por parte da extrema direita do país. Nesse sentido, buscamos responder à seguinte problemática: quais as principais perspectivas e os fundamentos da Pedagogia freiriana que ameaçam a extrema direita do Brasil? Para tanto, buscamos responder às seguintes questões norteadoras, a saber: quem foi Paulo Freire? Em qual contexto emergiu a Pedagogia libertadora? Qual a perspectiva de educação defendida pela extrema direita e suas divergências históricas com a Pedagogia freiriana? Posto isto, realizamos uma pesquisa bibliográfica de abordagem dialética, como proposta por Sánchez Gamboa (2013), ancorando-nos nos seguintes autores: Brandão (1981) Paludo (2008; 2010), Prado (2016), Freire (1996), Marx (2013), Gramsci (2011), dentre outros.

Palavras-chave: Pedagogia Freiriana. Extrema direita. Educação crítica e libertadora.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar algunos de los fundamentos de la Pedagogía Freiriana, a fin de comprender las justificaciones de los constantes ataques que ha sufrido este autor por parte de la extrema derecha del país. En ese sentido, buscamos responder al siguiente problema: ¿cuáles son las principales perspectivas y fundamentos de la pedagogía freiriana que amenazan a la extrema derecha de Brasil? Por lo tanto, buscamos responder a las siguientes preguntas orientadoras: ¿quién fue Paulo Freire? ¿En qué contexto surgió la pedagogía liberadora? ¿Cuál es la perspectiva de la educación defendida por la extrema derecha y sus divergencias históricas con la pedagogía freiriana? Dicho esto, realizamos una investigación bibliográfica con enfoque dialéctico, tal como lo propone Sánchez Gamboa (2013), a partir de los siguientes autores: Brandão (1981) Paludo (2008; 2010), Prado (2016), Freire (1996), Marx (2013), Gramsci (2011), entre otros.

Palabras clave: Pedagogía freiriana. Extrema derecha. Educación crítica y liberadora.

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Maceió, AL, Brasil. E-mail: q.danillo@gmail.com

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas-UFAL Maceió, AL, Brasil. E-mail: geisa.santos@prograd.ufal.br

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora e pesquisadora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Maceió, AL, Brasil. E-mail: sandra.paz@cedu.ufal.br

Introdução

Paulo Ruglus Neves Freire, ou simplesmente Paulo Freire, é considerado um dos maiores educadores do século XX (ECCO; NOGARO, 2015). Sua notoriedade se dá, em especial, pois ele, em vida, não concebeu a educação enquanto uma técnica pré-estabelecida e embasada em um conhecimento estático, mas como um *que-fazer* social, político e antropológico, como expressa Gadotti (2001).

Sua proposta de educação se sedimenta como uma possibilidade concreta de libertação de sujeitos oprimidos cultural e socialmente, perpassando a compreensão de mundo de cada educando, levando-os a pensar e a refletir criticamente acerca da realidade social, econômica, política e cultural em que está inserido. Mas por que, então, este educador e filósofo da educação, celebrado por muitos estudiosos no mundo, é deslealmente criticado de forma ferrenha em território brasileiro? Seria Freire inimigo da educação, como propõe a extrema direita reacionária e conservadora no Brasil?

Desde já, cabe-nos destacar nesta introdução que, a nosso ver, Paulo Freire deve sim ser considerado um inimigo da direita e/ou extrema direita, porém, não pelos altos índices de analfabetismo ou pelos ínfimos resultados nas avaliações nacionais ou internacionais, como apregoa os setores políticos e ideológicos mais retrógrados do Brasil, mas, por ele ter sido um dos mais brilhantes educadores e intelectual orgânico da classe que vive do trabalho.

Freire defendeu a educação enquanto um ato político, tendo proposto uma pedagogia enquanto prática de liberdade, cujo princípio é a elevação da condição do sujeito oprimido e explorado para uma condição de sujeito da História com autonomia e liberto da sua condição de oprimido, pautado por uma educação com ênfase na emancipação humana, sendo reconhecido pela sua capacidade de transformação social a partir da superação daquilo que foi imposto pela classe opressora.

Posto isto, a fim de aprofundar a discussão aqui proposta, buscamos, com este manuscrito, desenvolver uma abordagem dialética, como proposta

por Sánchez Gamboa (2013). Segundo o autor, esse enfoque - crítico dialético - apreende o fenômeno a partir de seu trajeto histórico e em suas inter-relações com outros fenômenos, buscando compreender as suas transformações, contradições e potencialidades (SÁNCHEZ GAMBOA, 2013).

Por meio desta abordagem, é apresentado o conhecimento construído de forma dialética entre sujeito e objeto, estes dentro de um contexto sócio-histórico. Ademais, a partir desta abordagem, não buscamos apenas trazer à baila da discussão simples adequações e descobertas, e sim a construção de algo novo, que modifique, conseqüentemente, ambos, ou seja, sujeito e objeto, ao longo do processo.

Neste aspecto, ressaltamos que, para efeito deste manuscrito, discutiremos a categoria trabalhador coletivo em Marx (2013), buscando elucidar a problemática anunciada, e, com a apropriação da referida categoria, desnudar a perspectiva de formação neoliberal defendida pela extrema direita do Brasil, a qual diverge radicalmente do projeto histórico de formação humana em Marx e Freire. Destarte, estabeleceremos um breve diálogo entre ambos, isso porque, embora considerando suas diferenças epistemológicas, identificamos que suas proposituras de formação do sujeito visam à libertação e a emancipação do homem (ser humano), sendo, nesse sentido, idealizadores de uma transformação social coletiva radical.

Discutiremos ainda o momento histórico em que emerge a Pedagogia libertadora de Freire, período que o país passava por grandes tensões políticas, sociais e econômicas, que culminaram no golpe militar de 1964, mas que, paradoxalmente, fomentaram a magnitude das ideias da pedagogia freiriana de resistência. A partir deste movimento, este estudo encontra-se estruturado em três seções, além desta introdução, a saber: (1) *Conhecendo Paulo Freire e sua pedagogia: breves considerações*, na qual apresentamos informações relevantes do educador e filósofo; (2) *O contexto de nascimento da Pedagogia denominada Libertadora*, que se deu em um momento significativo da história do Brasil (início da ditadura militar); e (3) *Freire: uma ameaça à educação bancária homogeneizadora*, seção na qual propomos uma reflexão acerca da educação neoliberal apregoada pela extrema direita e do perfil de

sujeito que se pretende forjar. Para isso, partimos de Marx (2013) ao analisarmos a categoria de trabalhador coletivo em diálogo com a pedagogia libertadora de Freire.

Conhecendo Paulo Freire e sua pedagogia: breves reflexões

Ao falarmos sobre educação popular, que se fundamenta numa concepção que eleva o oprimido à condição de sujeito da história e da sua autonomia, vem-nos à mente, em primeiro lugar, um dos mais imprescindíveis e brilhantes nomes da educação brasileira e mundial: Paulo Reglus Neves Freire⁴ (1921-1997). *Paulo Freire*, como é conhecido mundialmente, foi um educador e filósofo brasileiro que, em meados do século XX, trouxe para o debate da educação a concepção de educação das classes populares, definida por ele como “educação libertadora” ou, melhor dizendo, educação enquanto prática de liberdade (FREIRE, 1997). Freire, que nasceu e viveu grande parte de sua vida na região nordeste do Brasil, marcou a história da educação indo além das fronteiras vigentes da época no que diz respeito à elaboração de uma pedagogia brasileira de vertente progressista e revolucionária, tanto em sua forma como em seu conteúdo.

É notório o lugar de destaque e excelência que assume o educador e filósofo e sua Pedagogia libertadora, comprometido com um projeto societário de construção de um mundo mais justo e humano, embalado por uma utopia da esperança que se quer semear uma educação libertadora, como bem destaca Paludo (2010),

Paulo Reglus Neves Freire, Paulo Freire, foi e continua sendo, dada a importância de sua obra e do seu exemplo de vida, “um educador do povo”; “um pensador da Educação Popular”; um “andarilho da utopia”; um “semeador da esperança” e *um educador comprometido com a construção de um projeto de sociedade* (PALUDO, 2010, p. 47, grifos nossos).

⁴ Paulo Freire é concebido como um pensador da educação que se voltou para a construção de uma teoria pedagógica, que a um só tempo, articula aspectos antropológicos, epistemológicos, éticos e políticos, os quais se encontravam relacionados ao processo educacional dos sujeitos, articulando-os com os diferentes desafios das sociedades contemporâneas.

Sem dúvidas, tal forma de compreender e viver a educação, ou seja, a formação dos seres humanos para a vida em sociedade com vistas a sua transformação, converteu-se, ao passo do tempo, em uma das pedagogias mais referenciadas e, como defendem alguns estudiosos (GADOTTI, 2001; SILVA, 2018), uma das mais efetivas para a evolução do educando⁵.

Esta educação, como bem define Freire (1995), entende que ensinar não é o ato de transferir o conhecimento, e sim criar diferentes possibilidades para sua produção e construção do saber, a qual, pensando as realidades das classes populares, “reconhece a presença [destas] como um *sine qua non* para a prática realmente democrática da escola progressista na medida em que possibilita o necessário para aprendizagem daquela prática” (FREIRE, 1995, p. 103, acréscimos nossos). Para tanto, Freire sugere contextualizar o educando não apenas com relação às práticas de sala de aula, mas também diante do mundo que o cerca.

Destarte, a educação popular organiza sua prática pedagógica com base em quatro eixos fundamentais, sendo eles: (1) *crítica e dialética*, por meio do qual o “oprimido” encontra as condições para, através da reflexão, descobrir-se e compreender seu próprio destino histórico; (2) *contexto*, ou seja, ato de situar-se em relação a um contexto social concreto/real; (3) *método*, este, por sua vez, tendo o diálogo e a reflexão como dimensões fundamentais para o processo em ensino e aprendizagem; e (4) *práxis*, a união dialética entre teoria e prática, ou seja, teoria da educação, reflexão e natureza prática, movimento este fundamental para o completo desenvolvimento do sujeito (PALUDO, 2008; 2010).

Dito isto, Paulo Freire, por meio da sua pedagogia, tinha como horizonte proporcionar aos envolvidos com o pensar/fazer pedagógico, educadores e educandos, um processo de educação e formação humana contextualizada com suas realidades, visando, a partir de uma reflexão-crítica, a transformação do ser, do grupo e do mundo, emancipando, assim, os

⁵ Cabe destacar que a “Educação libertadora”, de acordo com Paludo (2008; 2010), não está voltada a qualquer indivíduo ou grupo, mas aos oprimidos e os que com eles se comprometem, com vistas à transformação social, buscando, juntos, a transformação radical da sociedade.

sujeitos, libertando-os das amarras da ignorância e da passividade impostas pela sociedade de classes capitalista. É a partir desta premissa que o idealizador desta pedagogia conceitua a Educação Popular como:

[...] democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja sua posição e classe e, ao mesmo tempo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos. [...] É a que não considera suficiente mudar apenas as relações entre educadora e educandos, amaciando essas relações, mas, ao criticar e tentar ir além das tradições autoritárias da escola velha, crítica também a natureza autoritária e exploradora do capitalismo (FREIRE, 2007, p. 103-105).

Fica evidente, então, que a pedagogia libertadora referenciada na Educação Popular se volta, necessariamente, a um processo de ensino e aprendizagem dialógico, o qual valoriza os diferentes saberes - prévios e os construídos conjuntamente – mediados pela participação democrática, cuja perspectiva é de formação de sujeitos que interagem, de fato, com o mundo em que vivem, com suas realidades e com suas histórias, rompendo com as barreiras impostas pelo modelo de educação bancária⁶, por exemplo. Em outros termos, um movimento que parte do contexto concreto/real/vivido para o contexto teórico, sendo necessário, neste movimento, a reflexão epistemológica, a problematização crítica da realidade e o diálogo numa perspectiva coletiva e solidária, com vistas à transformação do sujeito no mundo e do próprio mundo, sem desconsiderar as contradições sociais, econômicas, políticas e ideológicas que buscam subjugar e impossibilitar tais transformações.

Por meio dessa premissa, da educação enquanto um ato político coletivo em que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho (BRANDÃO, 1981), os homens e as mulheres se educam em comunhão,

⁶ Para o filósofo, a Educação bancária compreende o aluno enquanto uma espécie de “banco”, no qual o educador deposita o conhecimento. Na realidade concreta, significa dizer que o educando é como um cofre vazio em que o professor acrescenta fórmulas, letras e conhecimento científico até “enriquecer” o aluno.

mediatizados pelo mundo (FREIRE, 1997), por intermédio de uma relação de troca e sinergia entre sujeitos, de forma que educador e educando se colocam lado a lado, aprendem e ensinam mutuamente e dialeticamente. Ademais, como mencionado, essa compreensão é contrária à proposta de uma educação bancária, em especial, por seu caráter libertador e transformador, pois contribui para a formação de sujeitos ativos, críticos, conscientes de seu papel histórico, de fomentar mudanças significativas em si e no contexto em que vivem, problematizando-o e o transformando-o como ser histórico.

Dito isto, na seção seguinte, discutimos o contexto em que emerge a Pedagogia libertadora, a fim de melhor compreender a problemática elencada neste manuscrito, a saber: por qual motivo a direita e a extrema brasileira elegeu o patrono da educação, Paulo Freire, como inimigo do país?

O contexto de nascimento da Pedagogia libertadora

Como evidenciado na seção anterior, Freire é um dos mais relevantes intelectuais da história brasileira. O educador e filósofo, que viveu e compreendeu a educação enquanto uma ferramenta de suma relevância para a transformação da sociedade, em especial no que diz respeito à desigualdade social e à opressão, criou um método de ensino que se contrapõe à visão tradicional de educação - a tão criticada educação bancária -, a qual compreende o professor enquanto o sujeito detentor do saber, e o aluno, por sua vez, o receptor, passivo, objeto de conhecimento do saber autoritário do professor. Logo, é a partir da problematização de uma educação hierarquizada, que Freire propõe uma educação dialógica e, principalmente, libertadora, com vistas às necessidades cotidianas de cada educando. Nas palavras de Prado (2016):

Paulo Freire propõe uma pedagogia da liberdade fundamentada na prática, articulando o processo de alfabetização com a ideia de conscientização das massas. Nesse período os analfabetos representavam a metade da população brasileira e amargavam a situação de pobreza advinda da desigualdade social e opressão (PRADO, 2016, p. 39).

O período mencionado por Prado (2016) é o ano de 1961, três anos antes do golpe militar de 1964. Esse período ficou marcado na trajetória de Paulo Freire pelo fato de sua perspectiva pedagógica ter ganhado notoriedade, em especial quando, por meio do Movimento de Cultura Popular, ele e vários educadores populares começaram a alfabetizar adultos com o método que ficou conhecido como Método Paulo Freire. Ademais, essa notabilidade se deu para além do processo de alfabetização, pois o método por ele proposto “propõe uma pedagogia da liberdade fundamentada na prática, articulando o processo de alfabetização com a ideia de conscientização das massas” (PRADO, 2016, p. 39).

Cabe destacar que o método criado por Freire, em seus primeiros momentos, esteve relacionado com um método de Alfabetização de Jovens e adultos. Sua pedagogia consistia em ensinar o educando a ler e a escrever com base em palavras-mundo do vocabulário real do educando, as quais expressavam sua cultura. O método, então, fora utilizado no sertão do Rio Grande do Norte, mais precisamente, em Angicos⁷, localidade em que metade dos adultos eram analfabetos. Vários dos seus educandos, após a pedagogia por eles vivenciada, começaram a refletir acerca do trabalho que desenvolviam, passaram a ler, compreender e a exigir inúmeros direitos que outrora desconheciam possuir, como o direito a férias, por exemplo.

É pensando essas e outras mudanças relevantes para o contexto da época - mesmo que em um pequeno espaço geográfico brasileiro - que podemos perceber a relevância do método de Freire, que defende a autonomia intelectual do educando, tendo a sala de aula como um espaço de trocas e produção mútua de conhecimentos; este processo se daria pela mediação do conhecimento formal (do educador) e o conhecimento de mundo que o educando possui.

⁷ Faz-se necessário destacarmos, com base nos estudos de Maciel (2017, p. 21835), que “Angicos não foi a primeira experiência de aplicação do método, mas foi a experiência que mais teve olhares, pois tratava-se da terra natal do então presidente da república, João Goulart, o objetivo era alfabetizar trabalhadores rurais, num período de 40 horas”. O autor complementa explicando que: “O que hoje conhecemos como “Método Paulo Freire” surgiu com o trabalho realizado por Freire na década de 60 juntamente com o Movimento Cultura Popular do Recife (MCP) em uma periferia de Recife” (MACIEL, 2017, p. 21835).

O projeto histórico de Paulo Freire era compreendido como uma possibilidade transformadora da realidade, pois era essencial a diminuição dos altos índices de analfabetismo da época, em especial pensando o contexto socioeconômico da década de 1960, o qual exigia, como destaca Prado (2016), o desenvolvimento industrial do Brasil. Assim, tal método de ensino foi tão importante que serviu como inspiração para o Plano Nacional de Alfabetização (PNA).

O contexto socioeconômico do Brasil na década de 1960 exigia desenvolvimento industrial do país, e diversos movimentos sociais reivindicavam a diminuição das desigualdades sociais. O governo Goulart vê na proposta do método Paulo Freire uma possibilidade transformadora da realidade, diminuindo os altos índices de analfabetismo do país. A convite do Ministro da Educação, Paulo de Tarso Santos, Freire recebeu a tarefa de implementar nacionalmente seu método, que pretendia alcançar 5 milhões de adultos no ano de 1964, isso significava o aumento do eleitorado brasileiro em torno de 50% (PRADO, 2016, p. 39).

O PNA foi criado por meio de decreto assinado pelo então presidente João Goulart, porém, com a tomada de poder pelos militares em 1964, o plano precisou ser interrompido, isso porque o projeto era compreendido enquanto perigoso do ponto de vista da elite brasileira, afinal, uma educação com vistas a uma formação cidadã crítica poderia fomentar “revoltas” por parte das camadas mais pobres da população, logo:

[...] a expectativa transformadora gerada pelo Programa Nacional de Alfabetização, coordenado por Paulo Freire, oficializado em janeiro de 1964, foi abruptamente interrompida pelo golpe civil-militar, e extinto em 14 de abril do mesmo ano. As forças conservadoras da sociedade brasileira, representadas principalmente pelas elites, viam nesse programa de alfabetização uma ameaça à ordem estabelecida, da qual eram os principais beneficiados (PRADO, 2016, p. 39-40).

Paulo Freire, considerado à época subversivo por buscar alfabetizar e conscientizar o povo, assim como oferecer maior autonomia àqueles/as que frequentemente eram subjugados, é compreendido pelos detentores do poder enquanto uma ameaça frente ao sistema vigente da época.

Após o golpe de 64, Freire passou a ser perseguido pela ditadura, assim como tantos outros educadores defensores de uma educação voltada para formação humana. O Brasil perdeu durante todo período sombrio da

ditadura um de seus maiores intelectuais e pensadores da educação. Paradoxalmente, ao tempo em que Freire foi “expulso” do Brasil, o mesmo era acolhido e convidado a oferecer suas contribuições nos países por onde passou; foi durante seu exílio que Freire colaborou com diversos países no desenvolvimento de uma perspectiva de educação libertadora.

Um exemplo do trabalho desenvolvido por Freire durante o exílio foi sua colaboração no Ministério da Educação do Chile e no Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária (ICIRA), “que lhe permitiu viajar por todo país, empreendendo debates sobre educação e democracia com grupos de jovens progressistas, técnicos agrícolas e organizações camponesas” (PRADO, 2016, p. 40). Esse momento foi de suma importância no desenvolvimento da perspectiva pedagógica libertária, segundo Gadotti (1996).

Ao contextualizar a elaboração do Método Paulo Freire, Gadotti (1996) sinaliza que já existiam/existem também outras propostas pedagógicas que partiam/partem do contexto do aluno, porém Freire vai para além “do que aprender”, pois, para ele, “o sujeito aprende através de sua própria ação transformadora sobre o mundo. É ele que constrói suas próprias categorias de pensamento, organiza o seu mundo e transforma o mundo” (GADOTTI, 1996, p. 4). Desse modo, a educação para Freire é uma prática transformadora, uma ação política do sujeito no mundo e não meramente um processo de transferência de conteúdo.

Uma pedagogia que tem como base a transformação do mundo, do ser humano como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem, sujeito da palavra-mundo, assim como o educador e o educando numa relação dialógica em que todos os saberes importam e são considerados como relevantes e necessários; tendo como finalidade o fim das relações de opressão, o que resulta numa pedagogia que ameaça a lógica de reprodução de uma sociedade desigual e estratificada.

Em suma, a tomada de consciência dos educandos frente aos interesses sociais e de classe em disputa na sociedade, conforme propunha o método de Freire, assim como a busca pela libertação das pessoas que viviam

em condições de constante opressão, passaram a ser compreendidas enquanto situações ameaçadoras do *status quo* das elites brasileiras.

Freire: uma ameaça à educação bancária homogeneizadora

Até o momento, apresentamos Freire e as principais bases de seu pensamento que fundamentam a pedagogia libertadora. A partir de então, iremos discutir acerca da educação legitimada pela extrema direita do Brasil alinhada aos princípios neoliberais de formação de um sujeito homogêneo adaptado à lógica de reprodução de uma sociedade de classes baseada na exploração do homem pelo homem. Almejamos, com isso, compreendermos o que seria a educação bancária homogeneizadora, bem como por quais justificativas Paulo Freire é considerado uma ameaça à referida idealização e projeto reacionário de educação.

Para tanto, destacamos inicialmente que a pedagogia proposta por Freire é inerentemente política, pressupõe a emancipação do sujeito, sendo esta uma das principais justificativas de tantos ataques, afinal, uma educação voltada para libertação daquele que estuda é uma ameaça eminente para aqueles que vivem da exploração da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, a educação libertadora vai de encontro com a educação pregoada pela (extrema) direita no Brasil, haja vista sua luta pela libertação dos oprimidos e pela emancipação humana.

Freire, como vimos, parte do contexto dos sujeitos, propondo a leitura do mundo em consonância com a leitura da palavra. A finalidade da educação não é a decodificação de agrupamentos de letras, mas a compreensão e problematização da vida social. Ler a palavra mundo pressupõe problematizar a palavra no mundo, dialeticamente, ou seja, ler criticamente a palavra e a representação dela, colocando-se frente ao que está posto em seu contexto de forma consciente e ativa. Logo, o sujeito que se apropria criticamente de seu contexto social é considerado uma ameaça por aqueles que buscam o controle dos corpos e das mentes dos sujeitos, na tentativa de subjugar-los aos seus interesses e visões de mundo.

Por sua vez, para os defensores da pedagogia bancária - que adentra ao invés de educar, que limita ao invés de emancipar, que escraviza no lugar de libertar -, a educação do trabalhador deve ser pautada em um receituário homogeneizador, ou seja, por meio de documentos “norteadores” que buscam prever objetivos comuns de aprendizagem e desenvolvimento a todos os educandos, sem levar em consideração a realidade de cada sujeito (a exemplo, podemos citar a Base Nacional Curricular Comum – BNCC, documento de caráter normativo e instrumental). O ser humano para esse tipo de educação (de)formadora é compreendido apenas como um trabalhador coletivo, um sujeito que, para além de oprimido, deve ser explorado com vistas a atender as demandas da classe opressora.

No que tange ao conceito de trabalhador coletivo, Marx (2013) contribui para a reflexão aqui almejada quando argumenta que:

O trabalhador coletivo combinado, que constitui o mecanismo vivo da manufatura, consiste de muitos desses trabalhadores parciais e unilaterais. Por isso, em comparação com o ofício autônomo, produz-se mais em menos tempo, ou a força produtiva do trabalhador é aumentada (MARX, 2013, p. 286).

Ao tratar da manufatura, Marx define o trabalhador coletivo, que no momento atual de crise do capital está sendo (de)formado para um mundo sem emprego e para a informalidade. Apesar do tempo histórico e de toda revolução tecnológica, esse conceito que Marx nos presentearia ainda é de grande relevância para compreensão de que tipo de sujeito o capital precisa para se reproduzir, em seu contínuo processo de acumulação, reprodução e exploração.

O trabalho subvertido à lógica do capital é socialmente dividido a fim de aumentar a produção e, conseqüentemente, o lucro, como bem defende Marx (2013). Essa divisão social do trabalho demanda uma determinada formação de trabalhador que irá reproduzir o modelo de produção. A lógica de reprodução do capital é a mesma, porém, devido às crises cíclicas e estruturais⁸, o capital muda sua estratégia a fim de manter-se vivo, encontrando nessa seara a justificativa de tantas reformas educacionais ao

⁸ Ver Mészáros (2011). Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.

longo de toda história do Brasil e mundial. Todas as reformas são respostas às crises do capital, inclusive as reformas implementadas pela extrema direita no Brasil, no contexto do golpe de 2016.

Ao longo da história do capitalismo, as características do trabalhador coletivo vão sendo adaptadas psicofisicamente às mudanças do modelo produtivo e do mercado. Esse trabalhador coletivo vai ser identificado/classificado a partir de diversas nomenclaturas em diferentes produções intelectuais, porém, a essência e a base de interpretação é a mesma: o homem sendo objetificado para atender às exigências do sistema do Capital. Vejamos o conceito de adaptação psicofísica do trabalhador em Gramsci (2011):

A vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes e etc., que não é algo inato, “natural”, mas exige ser adquirido, ao passo que as características urbanas adquiridas são transferidas por herança ou absorvidas no decorrer da infância e da adolescência (GRAMSCI, 2011, p. 251, grifos do autor).

Ou seja, o trabalhador adquire, por meio das mudanças produtivas, as características que são necessárias para determinados tipos de modelos produtivos. A escola assume esse papel de formação e de imprimir nos seres humanos as competências e habilidades exigidas pelo capital, numa lógica de reprodução bancária de conhecimentos, de modo a tornar o ser humano uma mercadoria viável, com capacidade de concorrência em um mercado disputado e competitivo, em que sua utilidade é medida por meio da formação escolar e acadêmica.

No artigo 12, inciso V das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, resultado da reforma educacional de 2017, os legisladores, ao tratar da organização dos itinerários formativos para a formação técnica e profissional, afirmam que a mesma deverá ser organizada no sentido de garantir o

[...] desenvolvimento de programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho, objetivando sua habilitação profissional tanto para o desenvolvimento de vida e carreira, quanto para *adaptar-se às novas condições ocupacionais e às exigências do mundo do trabalho contemporâneo e suas contínuas transformações, em condições de competitividade, produtividade e inovação,*

considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino (BRASIL, 2018, grifos nossos).

A mercadoria humana (trabalhador) é posta no crivo da concorrência do mercado, pois, para garantir um emprego, é necessário moldar-se ao receituário capitalista, logo, (de)formar-se para conseguir o mínimo necessário para sobreviver.

Neves (2004) nos auxilia nessa compreensão ao tratar da formação do intelectual urbano-industrial no espaço nacional, para ela:

As profundas mudanças qualitativas no processo de trabalho e de produção capitalistas a partir da difusão do paradigma da acumulação flexível e a mudança na correlação de forças internacionais, com a falência do socialismo real e a hegemonia da ideologia burguesa do fim da história, do fim da luta de classes, da única solução “possível”, tornam necessárias alterações na formação do intelectual urbano em nível mundial (NEVES, 2004, p. 8-9).

Dialogando com o já analisado até aqui, Neves (2004) ratifica que:

Este intelectual urbano de novo tipo a ser formado pelo Estado educador e pela escola, sob a hegemonia burguesa, na atualidade, apresenta como características principais: o aumento da *capacitação técnica* necessária à reprodução ampliada das relações capitalistas de produção e uma nova *capacitação dirigente*, com vistas a “humanizar” as relações de exploração e de dominação burguesas, enquanto possibilidade histórica concreta (NEVES, 2004, p. 9, grifos da autora).

As análises da autora adquirem movimento e materialidade com a Base Nacional Comum (BNCC), um documento homogeneizador e de caráter normativo, como já supracitado, que determina o que se deve ser ensinado nos sistemas educacionais brasileiros, como a reforma do Ensino Médio, que impõem um limite de acesso ao conhecimento ao trabalhador (SANTOS; 2019), assim como diversas outras reformas que visam uma adaptação do trabalhador ao modelo de acumulação flexível do capital, a partir da reafirmação de uma concepção bancária e instrumental tão problematizada e criticada por Freire. Pra Neves (2004):

Entre as estratégias adotadas pelos vários estados nacionais para a formação do novo homem coletivo nos moldes de uma sociabilidade neoliberal, tem papel estratégico a implementação de reformas educacionais, com vistas a adaptar o intelectual

urbano formado durante o período fordista do capitalismo monopolista, às necessidades burguesas decorrentes do aprofundamento da racionalização do conteúdo e da forma do trabalho e também dos imperativos de legitimação das relações sociais vigentes, neste momento de crise aguda de acumulação do capital (NEVES, 2004, p. 9).

Assim, ao submeter à existência/sobrevivência humana à lógica do mercado movida pela concorrência, o trabalhador, como qualquer outra mercadoria, precisa atender aos padrões de aceitabilidade e empregabilidade estabelecidos pela sociedade capitalista, como argumenta Santos (2019).

Os sujeitos sociais (re)produtores do capital precisam estar moldados de acordo com o novo padrão de ser, viver e produzir. Precisam ser flexíveis, mutáveis, ter competências e habilidades que os permitam lidar com rápidas mudanças no cenário produtivo, ser competitivos, empreendedores, colaboradores, entre tantas outras características da acumulação flexível do capital (SANTOS, 2019, p. 60-61).

Essa perspectiva de formação imposta pelo capital se contrapõe à Pedagogia freiriana. São propostas totalmente antagônicas e rivais. Freire propõe uma educação que rompe com esse modelo deformador do capital. Paulo Freire, enquanto um educador popular, pensava a educação com um olhar extremamente crítico para toda perversidade do sistema capitalista, fonte geradora de todas às mazelas sociais, e lançava um olhar sensível e comprometido com a libertação dos sujeitos.

Em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, ele nos brinda com princípios de uma educação dialógica, que respeita a cultura do outro, que parte da vida real para compreensão, problematização e superação dessa realidade. Para o autor:

A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a, fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo das plantas” (FREIRE, 1996, p. 28).

Em uma estrutura social ancorada na opressão do homem pelo homem, na qual todos os espaços de interação a reproduzem, a saber: no trabalho (patrão, empregado), em casa (marido, esposa, filhos), na igreja (líder religioso, fiéis), na escola (professor, aluno) dentre outros, a proposta

freiriana não foi e não é aceita, pois o fundamento dessa pedagogia é totalmente oposto a essa estrutura.

A pedagogia da Autonomia, como diz Freire (1996), exige respeito aos saberes dos educandos, criticidade, estética e ética; exige o reconhecimento de ser condicionado; exige generosidade, saber escutar; exige reconhecer que a educação é ideológica; exige disponibilidade para o diálogo, dentre tantos outros princípios pautados no e para o ser humano que não condizem à educação bancária. Para Freire (1996):

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível (FREIRE, 1996, p. 13).

A escola, lugar de socialização da cultura e da ciência, não deveria fazer dos sujeitos depósitos de conteúdos recebidos passivamente, pelo contrário, a escola é onde o sujeito se apropria do saber sistematizado no sentido de refletir criticamente a respeito de dado objeto/realidade. A escola é o lugar da ciência, da pesquisa, da rigorosidade metódica, do pensamento e da reflexão, não deve ser constituída por uma racionalidade “fabril e produtiva” de trabalhadores coletivos em larga escala para atender demandas de mercado, mas, infelizmente, é esse o *status quo* da triste realidade da escola neoliberal que educa para o pântano da pauperização, posta na condição de subemprego e/ou desemprego, ou, como dizem os reformadores, para o mercado do salve-se quem puder, via ideologia do empreendedorismo.

Paulo Freire, autor/pesquisador/intelectual/educador, problematiza em seu livro “Pedagogia da autonomia” a consciência do povo acerca das injustiças sociais, segundo ele:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que

não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada que ver com isso (FREIRE, 1996, p. 15).

Nesse sentido, o educador expõe o caráter dominador e deformador da educação bancária. A Pedagogia da Autonomia não é apenas uma obra na qual Paulo Freire apresenta as bases de uma pedagogia libertária, com bases e fundamentos na autonomia, mas ,também uma denúncia dessa violência que é o aprisionamento das mentes dos seres humanos que são obrigados a se submeterem a um processo que poda suas capacidades intelectivas, críticas, criativas e tantas outras potencialidades humanas que são silenciadas pela pedagogia bancária.

Uma educação com princípios freirianos, que coloca em questionamento essa estrutura de exploração e organização social, é, e continuará sendo, uma ameaça para o setor da sociedade que vive da exploração e defende uma educação bancária conservadora, setor este que tanto teme a educação problematizadora proposta por Freire, a qual se converte a cada dia mais no desassossego de tantos, mas também na esperança daqueles que almejam uma educação capaz de libertar e promover a transformação social.

Algumas considerações finais

Como apresentado ao longo do texto, o método de educação freiriana é absolutamente oposta à proposta neoliberal da extrema direita no Brasil. O ódio de classe fundamenta os ataques que Freire historicamente sofreu e sofre por ter sido o educador popular que propôs uma formação para liberdade, em especial, pela criação de uma perspectiva pedagógica que tem como fundamento o fim da opressão entre os sujeitos e a transformação da sociedade.

Para Freire, educar é um ato de amor ao próximo. O sujeito ao educar também é educado, não existindo na pedagogia da libertação um saber hierarquizado, isso porque todos os saberes são considerados, diferentemente da pedagogia neoliberal homogeneizadora imposta e defendida pela extrema direita do país, propagadora de reformas reacionárias e retrógradas.

Para o neoliberalismo, o ser humano é apenas uma parte da máquina que mantém o capital vivo. A espécie humana é posta como mercadoria no sistema do capital submetida à concorrência, e a escola é a fábrica responsável por produzir a mercadoria “trabalhador especializado”. Assim sendo, não cabe dentro de uma sociedade neoliberal, controlada por uma extrema direita reacionária, a pedagogia de Paulo Freire, que é o oposto a essa lógica de reprodução do capital. Assim, uma educação que tem em suas raízes um caráter libertador e transformador, capaz de contribuir para a formação de sujeitos críticos-reflexivos frente à sociedade a qual pertencem, não poderia ser aceita pela classe opressora que visa tão somente à exploração/opressão do homem pelo homem.

Nesse sentido, a educação transformadora proposta por Paulo Ruglus Neves Freire, em um país em que reina a intolerância, a desigualdade, o preconceito e exploração de classe não é bem-vinda, porém é extremamente necessária, fato este que contribui para que esta pedagogia, frente à extrema direita do Brasil, seja compreendida enquanto uma ameaça. Freire, por ser necessário, é ameaçador e afronta a extrema direita que vive da exploração do trabalhador.

Paulo Freire morreu em 2 de maio de 1997, e aos 75 anos que esteve materialmente entre nós foram suficientes para torná-lo eterno na luta por uma educação para liberdade. O patrono da educação brasileira permanece vivíssimo e aterroriza àqueles que temem sujeitos educados para subverter a lógica de reprodução da vida baseada na opressão. Paulo Freire vive (!) e a Pedagogia libertadora é seu maior legado.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Método Paulo Freire*. 18ª ed. São Paulo, Brasiliense. 1981.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM)* - Resolução n. 3, de 21 de novembro de 2018.

ECCO, Idanir; NOGARO, Arnaldo. A educação em Paulo Freire como processo de humanização. XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), 2015. *Anais...* Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18184_7792.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – Coleção Leitura.

FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'água, 1995.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 8. ed. São Paulo: Villa das Letras, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir. A voz do biógrafo brasileiro. In: GADOTTI, M. (Org.). *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1996, p. 69-115.

GADOTTI, Moacir. Prólogo: el proyecto utópico de Freire. In: LENS, J. L. *Paulo Freire: su praxis pedagógica como sistema*. Buenos Aires, Argentina: Yagüe Ediciones, 2001.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. *Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas*. Chapecó: Argos. 2013.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. *Cadernos do Cárcere*. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 241-282, 2011.

MACIEL, Jandrei José. O método Paulo Freire: origens históricas, influências teóricas e aspectos metodológicos. *In: XV Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), 2017. Anais...* Disponível em:

https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25509_13013.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. As Reformas da Educação Escolar Brasileira e a Formação de um Intelectual Urbano de Novo Tipo. *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED*. 2004. Disponível em:

<https://anped.org.br/biblioteca/item/reformas-da-educacao-escolar-brasileira-e-formacao-de-um-intelectual-urbano-de-novo>. Acesso em: 24 fev. 2022.

PALUDO, Conceição. Movimentos sociais e educação popular: atualidade do legado de Paulo Freire. *Academia*. p. 1-13, nov/2008.

PALUDO, Conceição. Movimentos sociais e educação popular: atualidade do legado de Paulo Freire. *In: STRECK, D.; GHIGGI, G.; SILVEIRA, F. T.; PITANO, S. C. (Orgs.). Leituras de Paulo Freire: contribuições para o debate pedagógico contemporâneo*. Brasília: Liber Livro Editora, 2010, p. 39- 55.

PRADO, Marciano. *Dos elementos da obra freireana e da teologia da libertação nas décadas de 1950 a 1970: uma análise combinada de sua gênese e identidade*.

Dissertação (mestrado em Educação) --Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

SANTOS, Geisa Ferreira. dos. *A contrarreforma do ensino médio no contexto do estado brasileiro neoliberal*. 2019. 114 f. Dissertação (mestrado em Educação) –

Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2019.

Artigo recebido em: 28/02/2022

Artigo aprovado em: 26/04/2022

Artigo publicado em: 30/04/2022